

DA FORMAÇÃO DA ARMADA IMPERIAL À FUNDAÇÃO DAS COMPANHIAS DE APRENDIZES MARINHEIROS POR UMA CRIAÇÃO NACIONAL

COSME ALVES SERRALHEIRO¹; ALEXANDRE DE OLIVEIRA KARSBURG²

¹ Universidade Federal de Pelotas – cosmehistoria@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – alexkarsburg@yahoo.com.br (Orientador)

1. INTRODUÇÃO

No dia 7 de setembro de 1822, voltando de uma inspeção ao porto de Santos, cavalgando através de uma colina, às margens do riacho do Ipiranga, soou o brado retumbante “independência ou morte”, a atitude do Imperador D.Pedro. Os laços em definitivo com Portugal estava sendo cortados, essa atitude de certa forma mudaria a história/rumo da armada imperial brasileira. Com isso, o presente trabalho resulta da pesquisa de Mestrado em andamento, e se propõe a abordar o período compreendido a partir da independência do Brasil e tem como objetivo compreender como se (re)criou a Armada Imperial a partir daquele momento e como foi à atuação desta instituição perante os movimentos insurgentes que aconteceram naquele período. Segundo Aldo Janotti em seus estudos sobre aquele período denominou essas ameaças desagregadoras de “o grande temor e a grande preocupação” (JANOTTI, 1990, pp.169-214). Neste sentido, a Armada teve papel decisivo na manutenção da unidade territorial, identificada à independência política nacional, pois a nação ainda não estava formada. Mediante essa (re)criação as autoridades imperiais entenderam que para ter navios bem preparados e prontos para os eventuais combates era necessário ter Marinheiros prontos e treinados para aquele fim. Para isso, foram criadas as Companhias Fixas de Aprendizes Marinheiros anexas ao Corpo de Imperiais Marinheiros (Dec. 42 de 15/10/1836), que foram inicialmente quatro Companhias de cem homens cada. Essas Companhias foram uma instância militar concebida e criada durante a primeira metade do século XIX, com o objetivo de recrutar e formar Marinheiros. Esse órgão tinha extrema importância para a Armada nacional por preparar e formar jovens para servirem a pátria. Destaca-se que o pensamento político da época era formado por dois grupos distintos (conservadores e liberais) que, por conseguinte, auxiliaram na interpretação de como foi à renovação e a implantação da instituição Armada Imperial.

2. METODOLOGIA

Assim, para entender a dinâmica de sua criação foram analisados os Relatórios Ministeriais e provinciais disponíveis online e outros impressos no acervo da Marinha, a partir de 1827, discutido à luz de literatura pertinente. O presente trabalho realiza-se a partir da análise desses documentos, papel essencial na presente pesquisa, sobretudo, no que concerne à reformulação dessa Organização Militar e na trajetória não só dela mas também daqueles militares de baixa graduação que a compunham. Para isso consultamos arquivos da Marinha na Diretoria do Patrimônio e Documentação da Marinha (DPHDM), no Arquivo Nacional (AN), Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e em site estrangeiro (<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>) na qual consta não só os Relatórios Minis-

teriais mais também os provinciais entre outros. A seleção do mencionado objeto se deu devido à oportunidade do pesquisador cumprir a confrontação de componentes quantitativos aos qualitativos, objetivando observar quais os mecanismos utilizados pelos relatórios que doutrinaram os assuntos da época. Como aponta Bardin (1977) na seguinte passagem:

A abordagem quantitativa e a qualitativa não têm o mesmo campo de ação. A primeira, obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é bem mais controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil nas fases de verificação das hipóteses. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos ou à evolução das hipóteses.(p.115)

A aplicação desta metodologia na presente pesquisa seguirá algumas fases distintas, isto é, analisando previamente parte da documentação pertinente, em outro momento será explorado o quantitativo com base na inserção daqueles homens/ jovens no interior das companhias de aprendizes através do recrutamento compulsório ou não até a saída deles pelo excessivo número de deserções, na qual foi observado no cruzamento de dados das fontes, no momento em que realiza a sua caracterização, e por fim, a interferência e a interpretação, em que se realiza a sistematização das hipóteses, ou seja, se trata do perfil qualitativo da análise.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A associação direta entre esses militares, política e intervenção do Estado na sociedade é resultado de uma experiência histórica específica, produzida durante o século XIX e que teve por desfecho não só a (re)formulação da Armada Imperial, mas também, a criação das Companhias de Aprendizes, espalhadas pela costa do Império. Foi essa experiência que fundamentou os “militares” como objeto de análises mais sistemáticas para a área das Ciências Sociais. Com isso, trazer esses jovens para bordo das Companhias de Aprendizes ajudou a expurgar da sociedade certo “mal” que incomodava uma parcela da população. Por outro lado, segundo Arias Neto, houve, por parte do governo e por meio do Primeiro Ministério da Regência, a intenção de profissionalizar as guarnições da Marinha de Guerra Imperial (NETO, 2001, p.41). De certa forma, este fato foi fomentado pelas autoridades políticas (conservadores e liberais) e mediado pela Coroa. O resultado dos debates, com o propósito de ter uma Armada profissional e nacional, foi a criação da Companhia de Aprendizes, com intuito de ajudar na consolidação do Império. Também, os resultados apontam para a construção de viveiros ou centros de formação de futuros Marinheiros que contribuíram para espurgar os estrangeiros, principalmente, portugueses que compunham os navios com objetivo na consolidação não só da Armada Imperial, mas também da nação brasileira.

4. CONCLUSÕES

Os esforços da administração naval, dos agentes recrutadores e políticos, foram decisivos para implementar um novo ideal de como nacionalizar e (re)construir a Marinha de guerra insípiente para, com intuito de combater os movimentos, republicanos, liberais, lusofóbicos e separatistas que estavam em andamentos naqueles tensos momentos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania: praças da Armada nacional 1867-1910.** Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

JANOTI, Aldo. **O Marquês de Paraná.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

Documento eletrônico e impressos

Relatórios do Ministro da Marinha dos anos 1827-1840 Central Research Library (University of Chicago) On line: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>, acesso em 04/06/2016.

Coleção de Leis do Império (Decretos, Decisões e Avisos) – 1831-1841

Relatórios e Falas de Autoridades

Anais do Senado do Império do Brasil. Sessão de maio a setembro de 1836

Correio da Câmara, 13 de setembro de 1822, Arquivo Diplomático da Independência, Vol. IV.